

DICAS

INSTITUTO PÓLIS

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Nº 223

2005

TELECENTROS COMUNITÁRIOS

A instalação de equipamentos de informática nos bairros, com gestão da comunidade, para uso livre da população permite à prefeitura reduzir a exclusão digital.

A desigualdade no uso de tecnologia da informação (TI) e o acesso à Internet são mais uma forma de segregação na sociedade brasileira. Aos pobres e excluídos não são dadas possibilidades iguais às da elite para desenvolver habilidades de uso da tecnologia e para empregá-las em benefício próprio. É a chamada *exclusão digital*, manifestação da exclusão social mais ampla. Funda-se em obstáculos econômicos, ausência de infra-estrutura e carências de educação. Além disso, há também as barreiras ao acesso ocultas sob as relações sociais, como as impostas pelas relações de gênero, por exemplo (veja *DICAS* Nº187).

Iniciativas de governo e da sociedade civil têm proliferado, sob o rótulo de inclusão digital. Essas iniciativas orientam-se pela concepção de que a todos deve ser garantido o direito de acesso pleno à tecnologia, tanto no âmbito técnico e físico quanto intelectual (alfabetização digital).

Ainda recentemente, o problema ganhou status de objeto de política pública com foco na promoção da igualdade de oportunidades. A política de inclusão digital é, portanto, uma política de combate a um aspecto específico da exclusão social. Dificilmente esta exclusão pode ser superada somente em termos de acesso à propriedade de computadores ou com medidas governamentais de curto prazo. As proporções da demanda reprimida são consideráveis. Assim, uma política de inclusão digital deve combinar recursos como parcerias com entidades comunitárias, a participação dos beneficiários no seu planejamento, gestão e avaliação, articulação com outras políticas sociais e um desenho que minimize investimentos e custos.

Os Telecentros Comunitários são alternativas que, sem esgotar o tema, mostram-se capazes de produzir resultados significativos: a prefeitura pode criar espaços geridos com a participação

da comunidade para disponibilizar computadores, ligados em rede, a serem utilizados pela população.

EXPERIÊNCIA

A política de inclusão digital da **Prefeitura Municipal de São Paulo**, conhecida como Telecentro - Plano de Inclusão Digital e Cidadania, foi posta em operação em 2001.

A prefeitura constatou a situação crítica da exclusão digital. As restrições econômicas, fator decisivo de exclusão social, evidenciam que grande parcela da população não tem condições de dispor de acesso doméstico à Internet. Os dados de escolaridade sugerem deficiência na capacitação para uso intensivo da TI.

Os custos da infra-estrutura pública dispo-nível também são fator de exclusão digital. A cobertura para acesso discado existe, mas seu custo exclui boa parcela da população. A infra-estrutura de trans-missão de dados de alta capacidade é concentrada nas regiões mais abastadas do município e seu preço é proibitivo.

A escala do município tornava o problema mais crítico: milhões de pessoas excluídas, para as quais a ausência de acesso à Internet e à TI é apenas mais uma carência, não percebida como prioritária ou sequer reconhecida pela maioria. A grande extensão territorial do município, as deficiências e o custo do transporte coletivo dificultavam a utilização da Internet em equipamentos de inclusão digital localizados em áreas centrais ou nos centros de bairro.

O problema colocado para a realização da inclusão digital era complexo: como uma prefeitura em situação de penúria financeira, com capacidade operativa destruída, poderia fazer um programa de inclusão digital em uma cidade de dimensões gigantescas, com condições econômi-

cas e demográficas críticas e pressionada por diversas carências da população?

A solução implantada exigiu a combinação de opções e iniciativas tecnológicas, participação popular, parcerias com empresas e organizações da sociedade, mobilização de recursos e critérios eficazes de alocação de equipamentos, concretizando-se numa política de implantação de telecentros comunitários, com participação dos usuários na gestão e utilização de software livre.

FUNCIONAMENTO

Até dezembro de 2004, o programa operava com uma rede de 124 Telecentros Comunitários instalados nas regiões com menor IDH do município. Cada telecentro dispunha de 20 computadores, ligados em rede, usados intensivamente para cursos de informática básica. Também era permitido o uso livre, sendo a única restrição a navegação em websites de conteúdo erótico ou pornográfico. Em geral, três quartos dos equipamentos eram dedicados aos cursos e os restantes ao uso livre, com cada cidadão podendo utilizar períodos entre 30 e 45 minutos. Todos os serviços eram gratuitos, inclusive a impressão de materiais.

Os telecentros dispunham de monitores contratados pela RITS, ONG que atua no setor, e que moram nas próprias regiões dos telecentros. Os monitores recebiam treinamento especialmente concebido e eram responsáveis pela execução dos cursos e pela orientação ao usuário.

Os cursos de informática básica, de 20 horas, familiarizavam as pessoas com a tecnologia e forneciam capacitação mínima para sua utilização. Também eram oferecidas oficinas especiais em alguns telecentros: jornalismo comunitário, criação de websites e tratamento de imagens.

MODALIDADES DE OPERAÇÃO

A operação dos Telecentros era de três formas:

a) Telecentros operados sob administração direta: equipamentos municipais, diretamente geridos pela prefeitura, com funcionários públicos municipais a eles alocados. Funcionam em edifícios públicos, construídos ou reformados para este fim.

b) Telecentros conveniados com entidades da sociedade: instalados em entidades sem fins lucrativos, com convênio específico para o fim. As entidades cedem as instalações e recebem a verba para manutenção geral do telecentro. A prefeitura instala os equipamentos e a entidade é responsável pela gestão. Os monitores são fornecidos pela prefeitura, no convênio com a RITS, mas indicados pela própria entidade.

c) Telecentros instalados em Centros Educacionais Unificados (CEUs): são equipamentos instalados em unidades educacionais de grande porte que oferecem uma série de serviços complementares às escolas.

Os telecentros da modalidade administração direta contam com conselhos gestores eleitos entre membros da comunidade, usuários e funcionários alocados aos telecentros. Nas unidades conveniadas, a figura do conselho gestor nem sempre existe. No caso dos telecentros localizados em CEUs, os conselhos gestores têm representantes no conselho gestor do CEU, para garantir a integração dos equipamentos. O conselho gestor é escolhido em plenárias com moradores da região. Têm entre 7 e 9 membros, com

um representante dos funcionários e um da subprefeitura. Além de responsabilizarem-se pela definição de normas de funcionamento dos telecentros, os conselhos também têm papel fiscalizador, apontando deficiências e reivindicando solução de problemas.

A adoção do software livre surgiu como opção por razões tecnológicas, econômicas e políticas. Trata-se de uma opção que permite o compartilhamento e a circulação de conhecimento e facilita o desenvolvimento contínuo das soluções tecnológicas, além das economias. O software livre é aquele que pode ser visto, alterado e distribuído livremente, sendo isento do pagamento de licenças e pode ser usado em equipamentos mais simples e, portanto, mais baratos.

O software livre reduziu expressivamente o custo de gestão de rede e os custos de manutenção. Para tornar viável essa opção tecnológica, a prefeitura investiu em produção de conhecimento. Uma pequena equipe responsável pelo programa desenvolveu as ferramentas de conexão em rede, utilizando software livre como base. Em vez de gastar *royalties* com licenças de programas, a prefeitura agora conta com sua versão própria do GNU/Linux, capaz de operar interligando computadores de baixo custo em rede, e pode distribuí-la gratuitamente para outras prefeituras e iniciativas de inclusão digital.

RECURSOS

O custo de instalação de um telecentro, incluindo a reforma de um edifício público, é de cerca

de R\$ 105 mil. Com a construção do edifício, o custo chega a R\$ 226 mil. As instalações têm custo de R\$ 44 mil, incluindo equipamentos, mobiliário, comunicação visual e cabeamento. Os custos mensais de operação somam cerca de R\$ 5 mil, reduzindo-se a cerca de R\$ 1 mil para os telecentros conveniados.

A adoção do software livre possibilitou uma economia estimada em R\$ 1 milhão no que se refere a equipamentos. Estima-se também que houve uma economia de cerca de R\$ 15 milhões com a não aquisição de licenças de softwares.

PARCERIAS

Uma parte considerável do investimento realizado foi obtida por meio de parcerias com empresas públicas e privadas que construíram ou reformaram e doaram os equipamentos, espaços e mobiliários.

Os telecentros em entidades conveniadas duplicaram a rede. As comunidades se mobilizam para obter os telecentros, chegando a realizar mutirão para a construção de edifícios. A parceria com a RITS permite a contratação de monitores das próprias comunidades e serviços de capacitação em software livre.

No interior da administração municipal, as subprefeituras fazem a articulação dos moradores locais. A COHAB cedeu espaço e reformou 16 unidades. A Secretaria da Educação e a Secretaria de Assistência Social estão implantando telecentros em equipamentos de suas redes.

RESULTADOS

O programa promove o direito a usar o computador e a Internet para se comunicar; o direito dos jovens pobres se divertirem e não serem obrigados a passar o tempo livre na rua, sem ocupação; o direito de ampliar os horizontes culturais; o direito a se informar por fontes distintas das tradicionais e o direito à informação e aos serviços públicos.

O agendamento prévio e o controle por parte dos conselhos gestores permitem que a impessoalidade dos serviços públicos seja promovida e se evite a apropriação privada dos equipamentos. A existência dos conselhos gestores promove o direito ao controle social das ações de governo e

à participação em sua gestão. Sua existência constituiu-se como um espaço novo de organização da sociedade para participação nas políticas públicas, em alguns casos mobilizando grupos e pessoas que não atuavam em outros espaços participativos, como grupos de jovens.

A informática pode representar um instrumento de inclusão social, pela geração de empregos pelo programa ou pela capacitação. Também induz mu-

danças nas formas de auto-representação dos grupos excluídos. Ao remover ou minimizar um fator de desigualdade, o programa melhora a auto-estima dos usuários.

O programa pode favorecer a revitalização de áreas públicas degradadas. A instalação dos telecentros significou a presença da Guarda Municipal, a reforma de instalações abandonadas e a criação de novos espaços de encontro que transcendem a inclusão digi-

tal: os telecentros serviram como um ponto de convergência para o surgimento de novas iniciativas, como projetos de atendimento ao público, jornalismo comunitário, oficinas de usos específicos de TI e atividades culturais.

Até dezembro de 2004, havia 700 mil usuários cadastrados e foram completados mais de dois mil cursos. Em sua maioria são jovens, predominantemente mulheres, de baixa escolaridade e baixa renda, provenientes de famílias sem a menor condição de ter um computador em casa.

O programa foi finalista do Ciclo de Premiação do Programa Gestão Pública e Cidadania da EAESP/FGV e da Fundação Ford em 2004.

Para receber o Boletim DICAS por e-mail, envie uma mensagem para boletim-dicas-polis-subscribe@yahoogroups.com

Autores: **José Carlos Vaz** e **Gabriela Lotta** - Revisor: **Renato Fabriga**.
Instituto Pólis - Rua Araújo, 124 - Centro - São Paulo - SP - Brasil
CEP 01220-020 - Telefone: (011) 3258-6121 - Fax: (011) 3258-3260 -
<http://www.polis.org.br> - e-mail: dicas@polis.org.br